

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2016

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Expresso Nepomuceno S.A.
Lavras - MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Expresso Nepomuceno S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Expresso Nepomuceno S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Investimentos não auditados

As demonstrações contábeis das controladas diretas "Empes - Empreendimentos Imobiliários, Pilares do Brasil Indústria e Comércio Ltda. e Loginep - Logística, Serviços e Comércio de Petróleo Ltda." referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes. Conseqüentemente, não temos como opinar e por isso não opinamos sobre tais demonstrações, assim como os possíveis efeitos que poderiam trazer sobre o resultado e a posição patrimonial e financeira da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 06 de março de 2017.

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015	2016	2015
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.514	2.103	3.930	3.455	Empréstimos e financiamentos	10	43.153	46.256	43.297	46.428
Contas a receber de clientes	4	75.372	70.368	77.806	72.123	Fornecedores	11	17.594	15.724	18.007	15.874
Estoques	5	23.164	22.297	23.488	22.580	Salários e encargos sociais	12	11.426	10.470	11.647	10.669
Impostos a recuperar	6	4.124	4.061	4.126	4.067	Obrigações fiscais	13	12.146	9.436	12.309	9.551
Outras contas a receber		1.981	2.580	7.232	8.895	Outras contas a pagar		10.774	9.920	10.800	10.687
		107.155	101.409	116.582	111.120			95.093	91.806	96.060	93.209
Não circulante						Não circulante					
Aplicações financeiras de longo prazo	3	2.141	1.882	2.141	1.882	Empréstimos e financiamentos	10	49.685	59.140	49.685	59.140
Impostos a recuperar	6	18.459	21.242	18.459	21.242	Obrigações fiscais	13	27.742	14.803	27.742	14.803
Depósitos judiciais	7	7.619	5.130	7.619	5.130	Provisão para contingências	14	22.704	30.482	22.704	30.482
Partes relacionadas		-	225	-	115	Passivo fiscal diferido	19	37.852	38.485	37.852	38.485
Outros ativos não circulantes		140	370	140	370	Partes Relacionadas		11.618	8.754	11.618	8.755
		28.359	28.849	28.359	28.739			149.601	151.664	149.601	151.665
Investimentos						Patrimônio líquido					
Investimentos	8	10.503	10.387	-	-	Capital social	15a.	66.374	43.885	66.374	43.885
Imobilizado	9	170.817	176.332	173.729	179.386	Reserva legal	15b.	906	906	906	906
Intangível		1.624	2.093	1.624	2.093	Reservas de Investimento	15b.	6.484	30.809	6.484	30.809
		182.944	188.812	175.353	181.479	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		73.764	75.600	73.764	75.600
						Participação de não controladores		-	-	869	864
								73.764	75.600	74.633	76.464
Total do ativo		318.458	319.070	320.294	321.338	Total do passivo e patrimônio líquido		318.458	319.070	320.294	321.338

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Demonstrações do resultado individual e consolidado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receitas operacionais líquidas	16	400.270	410.609	423.364	421.242
Custo dos serviços prestados	17	(327.907)	(339.294)	(349.832)	(348.293)
Lucro bruto		<u>72.363</u>	<u>71.315</u>	<u>73.532</u>	<u>72.949</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e comerciais	17	(51.124)	(50.720)	(51.151)	(50.780)
Despesas tributárias		(10.296)	(1.824)	(10.296)	(1.865)
Resultado de equivalência patrimonial	8	904	1.229	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>6.719</u>	<u>(7.716)</u>	<u>6.989</u>	<u>(7.520)</u>
		<u>(53.797)</u>	<u>(59.031)</u>	<u>(54.458)</u>	<u>(60.165)</u>
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		18.566	12.284	19.074	12.784
Receitas (despesas) financeiras, líquidas					
Receitas financeiras	18	1.366	1.661	1.365	1.671
Despesas financeiras	18	(15.964)	(18.702)	(16.188)	(18.936)
		<u>(14.598)</u>	<u>(17.041)</u>	<u>(14.823)</u>	<u>(17.265)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		3.968	(4.757)	4.251	(4.481)
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	19	(1.644)	7.194	(1.756)	7.064
Lucro líquido antes da participação dos não controladores		<u>2.324</u>	<u>2.437</u>	<u>2.495</u>	<u>2.583</u>
Lucro líquido atribuível a					
Acionistas controladores		2.324	2.437	2.324	2.437
Participação dos não controladores		-	-	171	146
Lucro líquido do exercício		<u>2.324</u>	<u>2.437</u>	<u>2.495</u>	<u>2.583</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício	2.324	2.437	2.495	2.583
Outros resultados abrangentes:	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>2.324</u>	<u>2.437</u>	<u>2.495</u>	<u>2.583</u>
Total do resultado abrangente atribuído a				
Acionistas da Companhia	2.324	2.437	2.324	2.437
Não controladores	-	-	171	146
	<u>2.324</u>	<u>2.437</u>	<u>2.495</u>	<u>2.583</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores				Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Total patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reservas de Investimento	Lucro acumulado			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	43.885	784	30.106	-	74.775	1.930	76.705
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.437	2.437	146	2.583
Destinação do lucro do exercício							
Constituição de reserva legal	-	122	-	(122)	-	-	-
Constituição de reservas de lucros	-	-	703	(703)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.034)	(1.034)	(2)	(1.036)
Distribuição de lucros na forma do artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações	-	-	-	(578)	(578)	(199)	(777)
Aumento (Redução) de capital de não controladores em controlada, líquido	-	-	-	-	-	(1.011)	(1.011)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	43.885	906	30.809	-	75.600	864	76.464
Aumento de capital	22.489	-	(22.489)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.324	2.324	171	2.495
Destinação do lucro do exercício							
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(4.160)	(4.160)	(125)	(4.285)
Distribuição de lucros na forma do artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações	-	-	-	-	-	(41)	(41)
Realização de reserva, absorção de prejuízos	-	-	(1.836)	1.836	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	66.374	906	6.484	-	73.764	869	74.633

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	2.324	2.437	2.495	2.583
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	17.913	18.342	18.057	18.446
Resultado de equivalência patrimonial	(904)	(1.229)	-	-
Provisão para contingências	(7.778)	7.990	(7.778)	7.990
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	565	506	565	506
Valor residual do ativo permanente baixado	19.082	8.100	19.082	17.133
	<u>31.202</u>	<u>36.146</u>	<u>32.421</u>	<u>46.658</u>
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber de clientes	(5.570)	7.864	(6.248)	6.209
Aplicação financeira - longo prazo	(259)	516	(259)	516
Estoques	3.334	11.015	3.293	10.732
Impostos a recuperar	6.518	(3.797)	6.521	(3.803)
Outros ativos	(1.658)	(276)	(594)	(5.982)
	<u>2.365</u>	<u>15.322</u>	<u>2.713</u>	<u>7.672</u>
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores	1.870	(2.603)	2.133	(2.307)
Salários e encargos sociais	956	(1.912)	978	(1.712)
Obrigações fiscais	15.649	1.971	15.696	1.971
Indenizações trabalhistas	2.027	1.372	1.287	1.372
Passivo fiscal diferido	(1.173)	125	(1.173)	125
Outras contas a pagar	(633)	(10.207)	(633)	(9.979)
	<u>18.696</u>	<u>(11.254)</u>	<u>18.288</u>	<u>(10.530)</u>
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	52.263	40.214	53.422	43.800
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Variação de investimentos permanentes	788	1.955	-	-
Aquisição de imobilizados	(38.977)	(30.933)	(38.979)	(31.294)
Aquisição de intangíveis	(33)	(346)	(33)	(346)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(38.222)</u>	<u>(29.324)</u>	<u>(39.012)</u>	<u>(31.640)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos, líquidos das transações	(12.558)	(17.428)	(12.587)	(17.256)
Partes relacionadas	3.088	8.639	2.978	8.446
Distribuição de lucros e Juros sobre capital próprio	(4.160)	(1.612)	(4.326)	(1.813)
Capital de não controladores em controlada, líquidos das transações	-	-	-	(1.011)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	<u>(13.630)</u>	<u>(10.401)</u>	<u>(13.935)</u>	<u>(11.634)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>411</u>	<u>489</u>	<u>475</u>	<u>526</u>
Caixas e equivalentes no início do exercício	2.103	1.614	3.455	2.929
Caixas e equivalentes no final do exercício	2.514	2.103	3.930	3.455
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>411</u>	<u>489</u>	<u>475</u>	<u>526</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidados
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
1- Receitas				
1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	509.400	516.011	543.702	538.881
1.2 - Provisão para devedores duvidosos	(565)	(506)	(565)	(506)
1.2 - Outras receitas	177	2.156	(11.655)	(9.785)
	<u>509.012</u>	<u>517.661</u>	<u>531.482</u>	<u>528.590</u>
2- Insumos adquiridos de terceiros				
2.1 - Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	210.553	239.478	229.358	246.973
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	23.723	25.370	23.728	25.498
2.3 - Perda de valores ativos	18.088	18.732	18.088	18.732
2.4 - Outras	2.926	3.687	2.935	3.687
	<u>255.290</u>	<u>287.267</u>	<u>274.109</u>	<u>294.890</u>
3- Valor adicionado bruto (1-2)	253.722	230.394	257.373	233.700
4- Retenções				
4.1 - Depreciação, amortização, exaustão	17.351	18.342	17.495	18.446
	<u>17.351</u>	<u>18.342</u>	<u>17.495</u>	<u>18.446</u>
5- Valor adicionado líquido (3-4)	236.371	212.052	239.878	215.254
6- Valor adicionado recebido em transferência				
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	904	1.229	-	-
6.2 - Receitas financeiras	1.365	1.661	1.365	1.671
	<u>2.269</u>	<u>2.890</u>	<u>1.365</u>	<u>1.671</u>
7- Valor adicionado total a distribuir (5+6)	<u>238.640</u>	<u>214.942</u>	<u>241.243</u>	<u>216.925</u>
8- Distribuição do valor adicionado				
8.1 - Pessoal e encargos	108.459	106.206	110.657	107.719
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	104.396	82.420	104.595	82.700
8.3 - Juros e aluguéis	23.460	23.880	23.496	23.887
8.4 - Juros s/ Capital Próprio e Dividendos	4.160	1.033	4.285	1.073
8.5 - Lucros retidos/prejuízo do exercício	(1.835)	1.403	(1.790)	1.546
	<u>238.640</u>	<u>214.942</u>	<u>241.243</u>	<u>216.925</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Expresso Nepomuceno é um grupo consolidado com 57 anos de mercado focado em oferecer soluções integradas de transporte e logística em diversas áreas do país atuando em segmentos complexos como o automotivo, químico, florestal, sucroalcooleiro, siderurgia, bebidas, locação e distribuição.

Atualmente a Companhia figura entre as principais empresas de logística do Brasil, com atuação em 10 Estados e 28 Filiais localizadas estrategicamente próximas aos principais polos expedidores do país. Possui uma carteira de aproximadamente 600 clientes ativos, uma equipe de mais de 2.600 colaboradores com uma estrutura operacional com mais de 2.000 veículos e equipamentos.

Manter o foco na maturidade, objetividade e na interatividade são certezas de vencer as etapas mais difíceis.

Orgulhamo-nos de fazer parte deste mercado. Buscamos desenvolver soluções logísticas e para isto contamos com a simplicidade, comprometimento, ética, de toda a equipe, pois acreditamos serem “os que fazem a diferença” em nossa Instituição.

1.1. Contexto operacional (controlada direta)

Empes - Empreendimentos Imobiliários: a Empes é proprietária de um terreno em S.B.Campo - SP., e o mesmo é locado.

Pilares do Brasil Indústria e Comércio Ltda.: a Pilares foi criada com o objetivo de promover o crescimento sócio econômico, visando a geração de emprego e renda para o município. Atualmente a empresa se encontra locada.

Loginep - Logística, Serviços e Comércio de Petróleo Ltda.: A Loginep tem como principal objeto social a exploração do comércio de compra e venda de combustíveis e lubrificantes, peças e acessórios para veículos, prestação de serviços de borracharia, lavagens, lubrificação, a compra, venda e a intermediação na venda de veículos automotores. A participação foi adquirida em maio de 2015.

As práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis das Controladoras são as mesmas aplicadas para as controladas.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram autorizadas pela Administração para emissão em 06 de março de 2017.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standard - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2.1. Base de preparação

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.20.

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e são apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

Razão social das sociedades ("Controladas")	Sede	% de participação	
		2016	2015
EMPES - Empreendimentos Imobiliários	Brasil	99,00%	99,00%
Pilares do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	Brasil	35,29%	35,29%
LOGINEP - Logística, Serviços e Comércio de Petróleo Ltda.	Brasil	94,40%	94,40%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo a primeira a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são condizentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos entre a Controladora e as controladas, tais como receitas, despesas, ganhos e perdas não realizadas, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

2.3. Moeda funcional

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demais empresas consolidadas.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. O caixa e os equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e os títulos financeiros de alta liquidez, com vencimento em 90 dias ou menos e com risco irrelevante de variação de valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. São utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

2.5. Aplicações financeiras

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor de mercado.

2.6. Contas a receber

Contas a receber são registradas pelo valor líquido estimado realizável e não incluem juros. A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A Administração considera suficiente o montante provisionado para a cobertura de perdas na realização das contas a receber.

2.7. Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

A considerar:

- (i) De contraprestação transferida;
- (ii) Do valor da participação de não controladores na adquirida;
- (iii) Do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (goodwill). Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não-controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminadas.

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.8. Instrumentos financeiros ativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos:

- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado: um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade gerencia tais investimentos e toma decisões de compras e vendas baseadas em seus valores justos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. São considerados dessa forma, quando a Sociedade a possui, as aplicações financeiras, incluídas em caixa e equivalentes de caixa;
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. São considerados dessa forma as contas a receber de clientes, os direitos creditórios e os títulos a receber.

Os ativos financeiros são classificados no momento de seu reconhecimento inicial, quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento, em uma das quatro categorias a seguir: (a) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (b) empréstimos e recebíveis; (c) investimentos mantidos até o vencimento; e (d) disponíveis para venda. A classificação do ativo financeiro em uma dessas categorias depende de sua natureza e finalidade.

Os ativos financeiros sujeitos à indexação contratual ou legal são atualizados mensalmente, conforme o índice aplicável. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

A Companhia não efetuou operações com derivativos e/ou outros instrumentos de risco.

2.9. Instrumentos financeiros passivos

Todos os instrumentos financeiros passivos foram reconhecidos no balanço da Companhia e suas controladas. Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Sociedade são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são:

- Empréstimos e financiamentos;
- Fornecedores;
- Fretes.

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, quando exigíveis em prazo de até doze meses da data do balanço e no passivo não circulante, quando exigíveis em prazos superiores ao mencionado.

Os passivos financeiros sujeitos à indexação contratual ou legal são atualizados mensalmente conforme o índice aplicável. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

2.10. Estoques

Os itens de almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perdas em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, a Empresa precisa renovar constantemente sua frota após um determinado período de uso. Os veículos, máquinas e os equipamentos disponibilizados para venda são reclassificados da rubrica imobilizado para "bens disponibilizados para venda".

Uma vez classificados como bens disponibilizados para venda, os ativos não são depreciados e seu registro se dá pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado.

2.11. Imobilizado

Registrados pelo custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos incorridos durante a construção. As depreciações são computadas no resultado do exercício pelo método linear, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação.

Os veículos são depreciados linearmente de acordo com um método econômico que considera o valor estimado de realização desses ativos na data esperada de venda. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o veículo foi comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda.

A depreciação de veículos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

Os valores residuais, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados pela Administração anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que sua expectativa de benefício econômico futuro.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração de resultado do exercício em que o ativo for baixado.

2.12. Ativo Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulados.

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumulados.

2.13. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não foram identificados indicadores de "impairment" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.14. Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A Companhia avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

- (a) Receita de prestação de serviços: a receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas;
- (b) Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços: a receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega;
- (c) Receita de juros: para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado;
- (d) Receita de aluguel: a receita de aluguel é reconhecida como arrendamento operacional, de forma linear, pelo prazo do contrato.

2.15. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as empresas da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.16. Provisões (passivos contingentes)

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

2.17. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.18. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.19. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.20. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

(a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

(b) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação;
- Impostos: existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência administrativa e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras;
- Valor justo de instrumentos financeiros: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros;

- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: a Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.21. Lucro por ação

O lucro por ação está apresentado com base na média ponderada no número de ações existentes na data do balanço, em conformidade com as disposições requeridas pela Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/08. Não existem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações.

2.22. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar os valores criados pela Companhia (e controladas) e sua distribuição durante o exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base para a preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.23. Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável às demonstrações contábeis

- a) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1º de janeiro de 2016

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2016 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1º de janeiro de 2016 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa.

b) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 Financial instruments, o IFRS 15 Revenue from contracts with customers e o IFRS 16 Leases. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Empresa no futuro.

IFRS 9 Financial Instruments

O IFRS 9 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

IFRS 15 Revenues from contracts with customers

O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita.

A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

IFRS 16 Leases

O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases - Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um "direito de uso" dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Os efeitos do IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers e IFRS 9 Financial Instruments ainda estão sob análise da Administração da Empresa, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos da Rubrica "Caixa e bancos" são constituídos por Fundo de Caixa e valores disponíveis em contas correntes bancárias no País.

As aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, possuem liquidez imediata e os valores de mercado não diferem dos valores apresentados nas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo estão assim demonstrados:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<u>Disponibilidades imediatas</u>				
Caixa consolidado (Matriz e filiais)	213	126	1.565	1.285
Bancos conta movimento	2.301	1.977	2.332	2.170
	<u>2.514</u>	<u>2.103</u>	<u>3.897</u>	<u>3.455</u>
<u>Aplicação financeira - Títulos financeiros com vencimento em 90 dias ou menos</u>				
Banco Bradesco	-	-	33	-
	<u>2.514</u>	<u>2.103</u>	<u>3.930</u>	<u>3.455</u>
<u>Aplicação financeira - Títulos financeiros com vencimento superior a 90 dias ou menos</u>				
Banco Mercantil do Brasil	2.141	1.882	2.141	1.882
Aplicações financeiras de longo prazo	2.141	1.882	2.141	1.882
	<u>4.655</u>	<u>3.985</u>	<u>6.071</u>	<u>5.337</u>
Caixa e equivalentes de caixa	2.514	2.103	3.930	3.455
Aplicações financeiras de longo prazo	2.141	1.882	2.141	1.882

4. Contas a receber

O saldo de contas a receber de clientes é oriundo de operações de prestação de serviços de transportes, vendas de veículos e outros recebíveis conforme contexto operacional de suas controladas, e, estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contas a receber (a)	44.838	43.116	47.272	44.827
Receita a faturar (b)	32.257	28.600	32.257	28.600
Outros valores a receber	441	250	441	295
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(2.164)	(1.598)	(2.164)	(1.599)
Total	<u>75.372</u>	<u>70.368</u>	<u>77.806</u>	<u>72.123</u>

- (a) As contas a receber são registradas ao seu valor presente na contabilização inicial da transação, de acordo com a taxa média utilizada pela Companhia na formação dos preços dos respectivos contratos. Os encargos financeiros são reconhecidos como receita financeira quando aplicáveis;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

- (b) Os clientes a faturar referem-se aos conhecimentos de transportes e notas fiscais emitidas e reconhecidas como receita do exercício de acordo com a competência e efetiva prestação de serviços, com base nas medições de serviços prestados que são efetuadas de um período a outro.

Classificação por vencimentos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Vencidos há mais de 365 dias	3.458	2.799	3.458	2.799
Vencidos de 181 a 365 dias	2.781	1.177	2.781	1.177
Vencidos de 91 a 180 dias	1.124	1.632	1.124	1.632
Vencidos de 31 a 90 dias	3.521	3.206	3.521	3.206
Vencidos em até 30 dias	4.577	5.964	4.577	5.964
Total vencidos	15.461	14.778	15.461	14.778
A vencer em até 30 dias	19.422	18.684	21.856	20.394
A vencer de 31 a 90 dias	36.605	31.582	36.605	31.627
A vencer de 91 a 180 dias	650	1.364	650	1.364
A vencer de 181 a 365 dias	2.004	1.482	2.004	1.483
A vencer após 365 dias	3.394	4.076	3.394	4.076
Total a vencer	62.075	57.188	64.509	58.944
PECLD	(2.164)	(1.598)	(2.164)	(1.599)
Total	75.372	70.368	77.806	72.123

5. Estoques

Os saldos da Rubrica "Estoques" estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Estoques operacionais				
Peças e equipamentos	4.941	5.396	4.941	5.396
Pneus	1.328	1.465	1.328	1.465
Combustível	104	200	352	422
Óleos e lubrificantes	659	588	735	649
Outros	720	1.119	720	1.119
	<u>7.752</u>	<u>8.768</u>	<u>8.076</u>	<u>9.051</u>
Estoques de veículos disponíveis p/ venda:				
Veículos disponibilizados para venda	(a) 15.412	13.529	15.412	13.529
	<u>15.412</u>	<u>13.529</u>	<u>15.412</u>	<u>13.529</u>
Total	<u>23.164</u>	<u>22.297</u>	<u>23.488</u>	<u>22.580</u>

- (a) Como resultado do processo de renovação de frota, a Companhia disponibiliza bens (veículos e máquinas e equipamentos) para venda. Nessa rubrica, conforme preceitua o CPC 31 (IFRS 5), estão classificados bens que estavam contabilizados no ativo imobilizado e que, em decorrência da operação, estão disponíveis para venda imediata. Os valores são apresentados pelo menor valor entre o custo residual, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, considerando tal circunstância, a sua venda, em prazo inferior a um ano, é altamente provável. Essa mudança de critério de classificação atende às modificações impostas pela adoção dos novos pronunciamentos contábeis, não modificando, contudo, a natureza da operação de venda dos bens, como ativos imobilizados, para efeitos fiscais.

6. Impostos a recuperar

Os saldos da Rubrica "Impostos a recuperar" estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Impostas a recuperar:				
ICMS a recuperar	273	293	273	297
IRRF a compensar	155	16	155	16
CSLL a compensar	142	30	142	30
IRRF s/ aplicações financeiras	102	58	102	58
ICMS sobre ativo imobilizado	5.479	6.325	5.479	6.325
Outros	748	659	750	661
	<u>6.899</u>	<u>7.381</u>	<u>6.901</u>	<u>7.387</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido:				
Imposto de renda diferido	11.532	13.178	11.532	13.178
Contribuição social diferida	4.152	4.744	4.152	4.744
	<u>15.684</u>	<u>17.922</u>	<u>15.684</u>	<u>17.922</u>
Total	<u>22.583</u>	<u>25.303</u>	<u>22.585</u>	<u>25.309</u>
Circulante	4.124	4.061	4.126	4.067
Não circulante	18.459	21.242	18.459	21.242
Total	<u>22.583</u>	<u>25.303</u>	<u>22.585</u>	<u>25.309</u>

7. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais referem-se, basicamente, ao volume de depósitos recursais de processos em andamento, bloqueios judiciais de contas correntes bancárias da Companhia e garantias exigidas para continuidade dos processos. Os depósitos judiciais estão restritos a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Os saldos dos depósitos estão relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos judiciais (trabalhistas/cíveis/tributárias):				
Valores bloqueados	2.405	1.359	2.405	1.359
Depósitos recursais	5.140	3.771	5.140	3.771
Valores caucionados	74	-	74	-
Total	<u>7.619</u>	<u>5.130</u>	<u>7.619</u>	<u>5.130</u>

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Investimentos

Os investimentos estão avaliados, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.7., a movimentação e as informações financeiras sobre as controladas são discriminadas a seguir:

(a) Mapa de investimentos

Investimentos	Controladora					
	Patrimônio líquido	Participação %	Distribuições	Equivalência patrimonial	Investimentos permanentes 2016	Investimentos permanentes 2015
Empresas controladas:						
EMPES - Empreendimentos Imobiliários	1.627	99,00%	(640)	674	1.623	1.589
Pilares do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	540	35,29%	(14)	14	190	191
LOGINEP - Logística, Serviços e Comércio de Petróleo Ltda.	9.205	94,40%	(134)	216	8.690	8.607
Total de investimentos permanentes	<u>11.372</u>		<u>(788)</u>	<u>904</u>	<u>10.503</u>	<u>10.387</u>

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

(b) Investimentos em controladas

A participação de ativos, passivos, receitas e despesas nas empresas controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas a seguir:

	2016			
	Expresso Nepomuceno S.A.	EMPES - Empreendimentos Imobiliários	Pilares do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	LOGINEP - Logística, Serviços e Comércio de Petróleo Ltda.
Ativo Circulante	107.155	212	28	10.310
Ativo Não Circulante	211.303	2.098	540	274
Passivo Circulante	95.093	683	28	1.379
Passivo Não Circulante	149.601	-	-	-
Patrimônio Líquido	73.764	1.627	540	9.205
Receitas	400.270	766	49	33.260
Custos	(327.907)	-	-	(32.907)
Despesas	(68.395)	(23)	(5)	(78)
Imposto de renda e contribuição social	(1.644)	(63)	(4)	(46)
Lucro / (Prejuízo) Líquido do exercício	2.324	680	40	229

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2015				
	Expresso Nepomuceno S.A.	EMPES - Empreendimentos Imobiliários	Pilares do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	OM Empreendimentos e Participações Ltda.	LOGINEP - Logística, Serviços e Comércio de Petróleo Ltda.
Ativo Circulante	101.499	233	24	-	9.765
Ativo Não Circulante	217.700	2.098	540	-	416
Passivo Circulante	91.591	738	24	-	1.063
Passivo Não Circulante	151.664	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	75.944	1.593	540	-	9.118
Receitas	410.609	729	49	890	20.927
Custos	(339.294)	(71)	-	(13)	(20.877)
Despesas	(77.106)	(50)	(5)	8	(84)
Imposto de renda e contribuição social	7.323	(59)	(4)	(67)	-
Lucro / (Prejuízo) Líquido do exercício	1.532	549	40	818	(34)

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

9. Imobilizado

	Controladora						Total
	Equipamentos de Comunicação	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	
Custo ou avaliação							
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.740	27.553	415	728	142.369	2.162	174.967
Aquisição	151	5.726	28	36	24.474	518	30.933
Depreciação	(644)	(4.415)	(304)	(76)	(12.901)	(1)	(18.341)
Baixa	(110)	(1.773)	(9)	45	(9.380)	-	(11.227)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.137	27.091	130	733	144.562	2.679	176.332
Custo total	7.515	54.858	2.474	1.355	235.406	2.679	304.287
Depreciação acumulada	(6.378)	(27.767)	(2.344)	(622)	(90.844)	-	(127.955)
Valor contábil	1.137	27.091	130	733	144.562	2.679	176.332
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.137	27.091	130	733	144.562	2.679	176.332
Aquisição	306	8.532	111	63	23.439	1.533	33.984
Depreciação	(713)	(3.120)	(23)	(123)	(17.538)	(195)	(21.712)
Baixa	-	(1.931)	-	-	(14.874)	(195)	(17.000)
Transferências - Mantidos para venda	-	1.064	-	-	(1.851)	-	(787)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	730	31.636	218	673	133.738	3.822	170.817
Custo total	7.821	57.551	2.585	1.416	223.610	4.017	297.000
Depreciação acumulada	(7.091)	(25.915)	(2.367)	(743)	(89.872)	(195)	(126.183)
Valor contábil	730	31.636	218	673	133.738	3.822	170.817

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

Custo ou avaliação	Consolidado							Total
	Terrenos e edificações	Equipamentos de Comunicação	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.734	1.740	27.553	415	728	142.369	2.163	185.702
Aquisição	-	151	5.742	31	37	24.870,00	518	31.349
Depreciação	-	(644)	(4.415)	(304)	(76)	(12.901)	(1)	(18.341)
Baixa	(9.192)	(110)	(1.774)	(9)	45	(9.380)	-	(20.420)
Transferências - intangível/imobilizado	1.096	-	-	-	-	-	-	1.096
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.638	1.137	27.106	133	734	144.958	2.680	179.386
Custo total	2.638	7.515	54.934	2.560	1.419	236.014	2.681	307.761
Depreciação acumulada	-	(6.378)	(27.828)	(2.427)	(685)	(91.056)	(1)	(128.375)
Valor contábil	2.638	1.137	27.106	133	734	144.958	2.680	179.386
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.638	1.137	27.106	133	734	144.958	2.680	179.386
Aquisição	-	306	8.532	113	63	23.439	1.533	33.986
Depreciação	-	(713)	(3.122)	(24)	(123)	(17.679)	(195)	(21.856)
Baixa	-	-	(1.931)	-	-	(14.874)	(195)	(17.000)
Transferências - Mantidos para venda	-	-	1.064	-	-	(1.851)	-	(787)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.638	730	31.649	222	674	133.993	3.823	173.729
Custo total	2.638	7.821	57.627	2.673	1.480	224.026	4.018	300.283
Depreciação acumulada	-	(7.091)	(25.978)	(2.451)	(806)	(90.033)	(195)	(126.554)
Valor contábil	2.638	730	31.649	222	674	133.993	3.823	173.729

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

10. Empréstimos e financiamentos

2016						
Instituição financeira	Modalidade	Vencimento	Taxa a.a.	Circulante	Não circulante	Total
Brasil	Finame	jan-19	5,01%	1.687	1.133	2.820
Bradesco	Finame	mai-21	12,05%	5.638	10.711	16.349
Santander	Finame	nov-18	3,95%	2.802	1.876	4.678
Safra	Finame	dez-19	8,78%	5.468	2.220	7.688
Volkswagen	Finame	dez-20	10,15%	2.600	6.164	8.764
Fids	Finame	mar-18	2,67%	1.046	25	1.071
Volvo	Finame	abr-21	8,27%	8.183	9.742	17.925
BDMG	Finame	out-25	5,78%	2.237	1.811	4.048
CNH Industrial	Finame	dez-20	10,00%	191	581	772
Mercedes Benz	Finame	dez-20	14,98%	153	440	593
Randon	Finame	out-19	6,11%	668	1.173	1.841
Caterpillar	Finame	nov-21	14,20%	52	335	387
CNH Industrial	Leasing	dez-19	11,22%	208	399	607
Brasil	Leasing	ago-19	22,92%	456	445	901
Santander	Leasing	ago-17	13,34%	319	-	319
Toyota	Leasing	jan-18	13,60%	86	7	93
Deutsche	Leasing	dez-21	3,80%	207	793	1.000
SG Equipament	Leasing	dez-21	16,76%	489	1.875	2.364
Daycoval	Leasing	nov-20	17,54%	361	1.514	1.875
Volkswagen	CDC	dez-20	17,45%	1.584	5.981	7.565
Volvo	CDC	abr-18	17,88%	429	145	574
CNH Industrial	CDC	dez-20	16,67%	127	485	612
Banrisul	Consórcio	out-20	6,68%	66	140	206
Brasil	Cap. Giro	nov-17	14,00%	696	-	696
Santander	Cap. Giro	mai-18	17,05%	7.016	1.690	8.706
Volkswagen	Cap. Giro	nov-17	18,02%	384	-	384
				<u>43.153</u>	<u>49.685</u>	<u>92.838</u>

2015						
Instituição financeira	Modalidade	Vencimento	Taxa a.a.	Circulante	Não circulante	Total
Brasil	Finame	jan-19	5,01%	3.596	2.749	6.345
Bradesco	Finame	dez-20	10,70%	10.322	7.065	17.387
Itaú	Finame	jun-16	10,55%	532	-	532
Santander	Finame	nov-18	3,95%	3.206	4.561	7.767
Safra	Finame	dez-19	8,78%	5.448	7.461	12.909
Volkswagen	Finame	dez-20	10,15%	1.965	8.656	10.621
Fids	Finame	mar-18	2,67%	1.171	1.026	2.197
Volvo	Finame	jul-20	5,09%	6.279	11.395	17.674
BDMG	Finame	out-25	5,78%	2.247	1.678	3.925
CNH Industrial	Finame	dez-20	10,00%	101	778	879
Mercedes Benz	Finame	dez-20	14,98%	76	587	663
Randon	Finame	out-19	6,11%	665	1.813	2.478
Bradesco	Leasing	jan-16	4,72%	24	-	24
CNH Industrial	Leasing	dez-19	11,22%	208	599	807
Brasil	Leasing	abr-18	4,67%	221	284	505
Santander	Leasing	ago-17	13,34%	498	282	780
Toyota	Leasing	jan-18	13,60%	85	89	174
Volvo	CDC	nov-20	17,88%	195	1.258	1.453
Brasil	Cap. Giro	nov-17	14,00%	2.316	667	2.983
Santander	Cap. Giro	mai-18	17,05%	5.835	8.192	14.027
Intermédium	Cap. Giro	jul-16	25,00%	616	-	616
BMG	Cap. Giro	mar-16	23,03%	650	-	650
				<u>46.256</u>	<u>59.140</u>	<u>105.396</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

As contratações de empréstimos e financiamentos são realizadas em moeda nacional, livres dos efeitos da flutuação de moedas estrangeiras, bem como são praticadas taxas de mercado. A Companhia possui em seus contratos de empréstimos com cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas aos empréstimos.

O cronograma de amortização, do saldo de longo prazo, da Companhia está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

Vencimento das parcelas	Valor total
2018	22.737
2019	14.464
2020	10.889
2021	1.549
2025	46
	49.685

11. Fornecedores e fretes

Representam as obrigações com fornecedores nacionais decorrentes principalmente da aquisição de pneus, combustíveis e fretes para alocação ao processo de prestação dos serviços:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores diversos	15.828	14.474	16.241	14.624
Fornecedores frete	1.365	899	1.365	899
Fornecedores de combustível	401	351	401	351
Total	17.594	15.724	18.007	15.874

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

12. Salários e encargos sociais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Salários a pagar	3.386	3.120	3.415	3.159
INSS	1.086	1.111	1.086	1.135
FGTS	747	690	747	698
Provisão p/ férias	5.182	4.618	5.298	4.711
Provisão INSS - férias	455	419	482	446
Provisão FGTS - férias	414	368	422	376
Pensão alimentícia	34	35	34	35
Outros	122	109	163	109
Total	11.426	10.470	11.647	10.669

13. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
COFINS	5.945	4.119	5.955	4.127
ICMS	1.139	958	1.140	958
PIS	870	519	872	521
PIS, COFINS e CSLL retido lei 10833	18	13	18	13
Contribuição social s/lucro	-	-	49	-
IRRF pf a pagar	357	270	357	270
IRRF pj a pagar	5	4	5	4
Imposto de renda - IRPJ	-	-	101	-
INSS - fretes e serviços	2	4	2	4
INSS desoneração	1.794	1.558	1.794	1.558
ISSQN a recolher (prestador)	8	15	8	15
ISSQN a recolher (tomador)	17	10	17	10
Parcelamentos tributários	29.733	16.769	29.733	16.874
Total	39.888	24.239	40.051	24.354
Passivo circulante	12.146	9.436	12.309	9.551
Passivo não circulante	27.742	14.803	27.742	14.803
	39.888	24.239	40.051	24.354

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

14. Provisões para contingências judiciais e administrativas

A Companhia no curso normal de seus negócios, apresentam o seguinte volume de processos cíveis, tributários e trabalhistas, tendo como suporte a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas nos seguintes montantes:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Provisões contingência judiciais:				
Trabalhistas	14.256	14.256	14.256	14.256
Tributárias	8.448	16.226	8.448	16.226
Total	22.704	30.482	22.704	30.482

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava as seguintes movimentações de passivos contingentes:

Descrição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22.492
Movimentação Líquida (Reversão de provisões)	7.990
Saldo em 31 de dezembro de 2015	30.482
Movimentação Líquida (Reversão de provisões)	(7.778)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	22.704

A Companhia e suas controladas têm processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária nas esferas judicial e administrativa com probabilidade de perda possível, que representam demandas passivas no montante líquido estimado de R\$ 85.996 mil em 31 de dezembro de 2016, (R\$ 110.483 mil em 2015).

Dentre os principais processos tributários com probabilidade de perda possível destaca-se:

- (a) Processo nº 10660-723460.2013-12, valor R\$ 37.681 mil: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ); Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição para o Programa de Integridade Social (PIS); tributos federais em referência lançados no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2011.

Resumo da Autuação: trata-se de auto de infração em que a Companhia é acusada de realizar planejamento tributário que foge das regras tributárias. No decorrer da fiscalização foram incluídas as demais empresas do grupo. Segundo o relatório lavrado pelo Auditor Fiscal, as transações entre Expresso Nepomuceno e as empresas do grupo foram realizadas com o exclusivo intuito de economia da carga tributária identificada, supostamente existindo apenas sob o aspecto formal.

15. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 66.374 mil, dividido em 22.731 mil ações ordinárias nominativas, com valor de R\$ 2,92.

(b) Destinação dos resultados

As premissas para destinação dos resultados deverão obedecer a seguinte ordem, a saber:

- 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o Parágrafo 10 do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- Uma parcela destinada ao pagamento de dividendo obrigatório não inferior à 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações;
- No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de Administração, destinar o excesso a constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- A Companhia manterá reserva de lucros estatutária denominada Reserva de Investimento, que terá por finalidade revogar o capital social e de giro da Companhia e adquirir ações dos Acionistas quando aplicável, nos casos previstos por lei;
- O saldo das reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderão ultrapassar o valor do capital social. Uma vez atingido esse máximo, a Assembleia Geral deverá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, conforme artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

16. Receitas operacionais líquidas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida está assim demonstrada nas datas dos balanços:

	2016	2015	2016	2015
Receita bruta				
Receitas de transportes frota	257.295	263.371	257.398	262.844
Receitas de transportes terceiros	111.178	115.532	111.178	115.532
Receitas de serviços	117.467	113.680	117.467	113.680
Receitas de aluguéis	10.251	6.695	10.303	7.523
Outras receitas	-	-	22.996	10.396
	<u>496.191</u>	<u>499.278</u>	<u>519.342</u>	<u>509.975</u>
Deduções da receita				
ICMS sobre vendas	(29.957)	(30.618)	(30.012)	(30.652)
PIS sobre vendas	(9.101)	(8.526)	(9.101)	(8.531)
COFINS sobre vendas	(41.921)	(39.154)	(41.923)	(39.179)
ISSQN sobre vendas	(3.740)	(3.713)	(3.740)	(3.713)
Descontos, abatimentos e anulação	(3.791)	(1.376)	(3.791)	(1.376)
INSS sobre serviços de transportes	(7.411)	(5.282)	(7.411)	(5.282)
	<u>(95.921)</u>	<u>(88.669)</u>	<u>(95.978)</u>	<u>(88.733)</u>
Total	<u>400.270</u>	<u>410.609</u>	<u>423.364</u>	<u>421.242</u>

17. Custos operacionais e despesas administrativas e gerais por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custos operacionais				
Custo pessoal	(112.776)	(111.320)	(114.014)	(112.826)
Custos operacionais	(121.239)	(122.917)	(140.803)	(130.235)
Custo com serviços de terceiros PJ e PF	(3.643)	(4.878)	(4.033)	(4.946)
Custo com fretes	(71.285)	(80.079)	(71.305)	(80.079)
Custo com depreciação e amortização	(16.326)	(17.260)	(16.470)	(17.364)
Outros custos operacionais	(2.638)	(2.840)	(3.207)	(2.843)
	<u>(327.907)</u>	<u>(339.294)</u>	<u>(349.832)</u>	<u>(348.293)</u>
Despesas administrativas e comerciais				
Despesa pessoal	(21.684)	(20.690)	(21.684)	(20.696)
Despesas administrativas	(18.379)	(20.623)	(18.406)	(20.629)
Despesas com serviços de terceiros PJ e PF	(4.618)	(3.839)	(4.618)	(3.887)
Despesas com depreciação amortização	(1.025)	(1.082)	(1.025)	(1.082)
Outros despesas gerais	(5.418)	(4.486)	(5.418)	(4.486)
	<u>(51.124)</u>	<u>(50.720)</u>	<u>(51.151)</u>	<u>(50.780)</u>
Total	<u>(379.031)</u>	<u>(390.014)</u>	<u>(400.983)</u>	<u>(399.073)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

18. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras decorrentes de:				
Juros ativos	7	553	7	553
Descontos obtidos	111	296	111	296
Rendimentos de aplicações financeiras	351	362	351	362
Outras receitas financeiras	897	450	896	460
	<u>1.366</u>	<u>1.661</u>	<u>1.365</u>	<u>1.671</u>
Despesas financeiras decorrentes de:				
Juros de financiamentos	(12.827)	(11.999)	(12.829)	(11.999)
Descontos concedidos	(1.119)	(4.137)	(1.119)	(4.251)
Juros operacionais	(1.225)	(1.907)	(1.245)	(1.911)
Impostos sobre operação financeira	(69)	(233)	(69)	(243)
Outras despesas financeiras	(724)	(426)	(926)	(532)
	<u>(15.964)</u>	<u>(18.702)</u>	<u>(16.188)</u>	<u>(18.936)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(14.598)</u>	<u>(17.041)</u>	<u>(14.823)</u>	<u>(17.265)</u>

19. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

Os ativos e os passivos tributários diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social compensáveis ou tributáveis no futuro. São calculados e classificados seguindo as projeções de realização e rentabilidade futura da Companhia e de suas controladas.

Os saldos ativos, passivos e de resultado estão assim apresentados na data dos balanços:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social diferido (Ativo):				
Imposto de renda	11.532	13.178	11.532	13.178
Contribuição social	4.152	4.744	4.152	4.744
	<u>15.684</u>	<u>17.922</u>	<u>15.684</u>	<u>17.922</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido (Passivo):				
Imposto de renda	27.832	28.298	27.832	28.298
Contribuição social	10.020	10.187	10.020	10.187
	<u>37.852</u>	<u>38.485</u>	<u>37.852</u>	<u>38.485</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido (Resultado):				
Imposto de renda	107	5.300	107	5.300
Contribuição social	260	1.894	260	1.894
	<u>367</u>	<u>7.194</u>	<u>367</u>	<u>7.194</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente (Resultado):				
Imposto de renda	(1.479)	-	(1.553)	(43)
Contribuição social	(532)	-	(570)	(87)
	<u>(2.011)</u>	<u>-</u>	<u>(2.123)</u>	<u>(130)</u>
	<u>(1.644)</u>	<u>7.194</u>	<u>(1.756)</u>	<u>7.064</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

20. Demonstração do EBITDA

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida				
Receita de serviços e transportes	400.270	410.609	422.384	421.242
	<u>400.270</u>	<u>410.609</u>	<u>422.384</u>	<u>421.242</u>
Custos operacionais				
Custo de prestação de serviços	(311.581)	(322.034)	(331.503)	(330.929)
	<u>(311.581)</u>	<u>(322.034)</u>	<u>(331.503)</u>	<u>(330.929)</u>
Lucro bruto vinculado a margem de contribuição	<u>88.689</u>	<u>88.575</u>	<u>90.881</u>	<u>90.313</u>
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas administrativas e gerais	(50.099)	(49.638)	(50.054)	(49.698)
Despesas tributárias	(10.296)	(1.824)	(10.296)	(1.865)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.719	(7.716)	6.989	(7.520)
	<u>(53.676)</u>	<u>(59.178)</u>	<u>(53.361)</u>	<u>(59.083)</u>
EBITDA Operacional - R\$	35.013	29.397	37.520	31.230
*EBITDA A (adicionado)	53.101	48.129	53.101	48.129
% EBITDA A Operacional - Margem	13%	12%	13%	11%
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(14.598)	(17.041)	(14.823)	(17.265)
Depreciações e amortizações	(17.351)	(18.342)	(18.446)	(18.446)
Resultado de equivalência patrimonial	904	1.229	-	-
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	<u>3.968</u>	<u>(4.757)</u>	<u>4.251</u>	<u>(4.481)</u>
Provisão para Imposto de renda e contribuição social	(1.644)	7.194	(1.756)	7.064
Participação dos não controladores	-	-	(171)	(146)
Resultado líquido do exercício	<u>2.324</u>	<u>2.437</u>	<u>2.324</u>	<u>2.437</u>

(*) EBITDA-A (Adicionado) Corresponde a EBITDA acrescido do custo contábil residual da venda de ativos imobilizados, o qual não representa desembolso operacional de caixa, uma vez que se trata de mera representação contábil da baixa dos ativos no momento de sua alienação. Dessa forma, a Administração da Companhia acredita que o EBITDA-A é a medida prática mais adequada do que o EBITDA tradicional como aproximação da geração de caixa, de modo a aferir a capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

21. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e a Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

21.1. Instrumentos financeiros não derivativos

Notas	Controladora		Consolidado		
	2016	2015	2016	2015	
Ativos financeiros					
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado menos provisão para redução ao valor recuperável:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.514	2.103	3.930	3.455
Aplicações financeiras	3	2.141	1.882	2.141	1.882
Contas a receber de clientes	4	75.372	70.368	77.806	72.123
Partes relacionadas	-	-	225	-	115
Total		<u>80.027</u>	<u>74.578</u>	<u>83.877</u>	<u>77.575</u>
Passivos financeiros					
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado:					
Empréstimos e financiamentos	10	92.838	105.396	92.982	105.568
Fornecedores	11	17.594	15.724	18.007	15.874
Partes Relacionadas	-	11.618	8.754	11.618	8.755
Total		<u>122.050</u>	<u>129.874</u>	<u>122.607</u>	<u>130.197</u>

21.2. Gerenciamento de riscos

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visa minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

As contas a receber são bastante pulverizadas e correspondem a um grande número de clientes. Portanto, não se concentram em alguns clientes, minimizando o risco de crédito com os procedimentos de controle.

A provisão para redução ao valor de realização de créditos de clientes é realizada por meio da análise individual dos títulos em atraso, considerando como base inicial o critério fiscal. Aplicado o critério fiscal, é extraída uma base de dados com os títulos pendentes de recebimento, sendo esta levada à análise do departamento de cobrança. Somente os títulos com baixa probabilidade de recebimento são provisionados e destes, somente os títulos que atendem aos quesitos fiscais para aproveitamento destas despesas são deduzidos da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisões julgadas suficientes pela Administração da Companhia para fazer frente a eventuais perdas na realização, no montante de R\$ 2.164 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.598 em 2015).

Risco de liquidez

A Administração da Companhia gerencia os riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações associadas a passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, sempre que possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco. Para isso, trabalha com um prazo médio de recebimento inferior ao prazo médio de pagamento.

Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos produtos e serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios.

Riscos operacionais

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação Sociedade, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Companhia, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

22. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas avaliam a necessidade de contratação ou não de coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame pela auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

23. Eventos subsequentes

De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 24, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.



PRESIDENTE de Honra
Agnaldo de Souza



PRESIDENTE
Agnaldo de Souza Filho

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

DIRETORES



Tania Mara de Souza Castro
Diretora Administrativa



Ricardo Braghiroli
Diretor Financeiro



Agnaldo de Souza Filho
Diretor Comercial



Agnêsio Carvalho de Souza Neto
Diretor Operacional

CONTADOR RESPONSÁVEL



Daniel de Lima Bragion
Contador CRCMG - 090947/O